

# **Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)

**TM PECÉM**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.894	1.173
Clientes	4	12	12
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4	204	2.112
Outros tributos compensáveis	4	1.357	1.423
Estoques	7	6.910	7.644
Outros créditos	8	1	2
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>12.378</b>	<b>12.366</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4	147	148
Tributos diferidos	5	314	729
Depósitos vinculados	9	1.549	1.411
Partes relacionadas	6	690	690
		<b>2.010</b>	<b>2.978</b>
Imobilizado	10	1.151	1.343
		<b>1.151</b>	<b>1.343</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>3.161</b>	<b>4.321</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.539</b>	<b>16.687</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	1.730	1.640
Outros tributos a recolher	4	464	789
Dividendos	12	190	2
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	1.241	995
Arrendamentos e aluguéis	8.1	454	607
Outras contas a pagar	8	139	117
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>4.218</b>	<b>4.150</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	5	8	6
Provisões	14	383	2.075
Arrendamentos e aluguéis	8.1	273	408
Partes relacionadas	6	75	75
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>739</b>	<b>2.564</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	15.1	6.604	6.604
Reservas de lucros	15.3	3.978	3.369
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>10.582</b>	<b>9.973</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.539</b>	<b>16.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receitas</b>	16	20.802	19.448
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	17	(19.918)	(16.212)
<b>Lucro bruto</b>		<b>884</b>	<b>3.236</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	17		
Despesas gerais e administrativas		(1.422)	(3.218)
Outras despesas e receitas operacionais		1.153	(757)
		<u>(269)</u>	<u>(3.975)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>615</b>	<b>(739)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		136	956
Despesas financeiras		461	(236)
		<u>597</u>	<u>720</u>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>1.212</b>	<b>(19)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(415)	70
		<u>(415)</u>	<u>26</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>797</b>	<b>7</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	20		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,23692	0,00208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Resultado do exercício</b>	797	7
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>797</u>	<u>7</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		1.212	(19)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Impostos diferidos		2	1
Depreciações e amortizações		707	1.337
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		8	177
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.692)	425
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(38)	(33)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(24)	(153)
Outros			480
		<u>175</u>	<u>2.215</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social a compensar			2.165
Outros tributos compensáveis		(58)	(1.035)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos			(782)
Estoques		734	309
Cauções e depósitos vinculados		(100)	
Outros ativos operacionais		1	(7.094)
		<u>577</u>	<u>(6.437)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		90	(293)
Outros tributos a recolher		1.105	(322)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		246	(38)
Outros passivos operacionais		775	67
		<u>2.216</u>	<u>(586)</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<u>2.968</u>	<u>(4.808)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		627	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais</b>		<u>3.595</u>	<u>(4.808)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(7)	(1)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento</b>		<u>(7)</u>	<u>(1)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social líquido			784
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(867)	
<b>Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	22.1	<u>(867)</u>	<u>784</u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>2.721</u>	<u>(4.025)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.894	1.173
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.173	5.198
		<u>2.721</u>	<u>(4.025)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

**TM PECÉM**

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.364</b>	<b>5.820</b>	<b>-</b>	<b>9.184</b>
Aumento de capital AGE de 30/12/2020	2.456	(2.456)		-
Aumento de capital AGE de 30/12/2020	784			784
Lucro líquido do exercício			7	7
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(2)	(2)
Dividendo adicional proposto		5	(5)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.604</b>	<b>3.369</b>	<b>-</b>	<b>9.973</b>

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.604</b>	<b>3.369</b>	<b>-</b>	<b>9.973</b>
Lucro líquido do exercício			797	797
Constituição de reserva legal		39	(39)	-
Dividendos propostos			(188)	(188)
Dividendo adicional proposto		570	(570)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.604</b>	<b>3.978</b>	<b>-</b>	<b>10.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>24.107</b>	<b>22.691</b>
Receita operacional	24.107	22.680
Outras receitas		11
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(9.625)</b>	<b>(9.494)</b>
Custos da energia comprada		
Encargos de uso da rede elétrica		
Materiais	(3.006)	(2.086)
Serviços de terceiros	(7.640)	(6.962)
Outros custos operacionais	1.021	(446)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>14.482</b>	<b>13.197</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(707)	(1.337)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>13.775</b>	<b>11.860</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	141	965
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>13.916</b>	<b>12.825</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	5.403	5.154
Benefícios	2.718	2.730
FGTS	391	354
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.670	3.088
Estaduais	72	24
Municipais	1.205	1.134
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(461)	236
Aluguéis	121	98
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	188	2
	<b>13.307</b>	<b>12.820</b>
Resultado líquido do exercício	609	5
	<b>13.916</b>	<b>12.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Companhia ou PPTM) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2008, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de granéis constituído de descarregadores e correias transportadoras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 14 de abril de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); e Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 15.2).

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

### 2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.850	238
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.039	930
Fundos de investimento	5	5
	2.044	935
Total	3.894	1.173

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

4 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.260	-	-	24	(627)	(1.314)	8	351
Total	2.260	-	-	24	(627)	(1.314)	8	351
Circulante	2.112	-	-	-	-	-	-	204
Não circulante	148	-	-	-	-	-	-	147
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
ICMS	34	-	(11)	-	34	-	-	57
PIS e COFINS	922	75	-	-	-	-	(116)	881
IRRF sobre aplicações financeiras	4	7	-	-	-	-	(8)	3
Outros	463	-	(47)	-	-	-	-	416
Total Circulante	1.423	82	(58)	-	34	-	(124)	1.357
<b>Passivos a recolher</b>								
Outros tributos a recolher								
ICMS	6	149	-	-	(144)	-	-	11
PIS e COFINS	342	2.105	-	-	(836)	(1.314)	(116)	181
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	200	420	-	-	(541)	-	-	79
Encargos com pessoal	241	1.894	-	-	(1.942)	-	-	193
Total Circulante	789	4.568	-	-	(3.463)	(1.314)	(116)	464

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia quite ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

## 5 Tributos diferidos

Nota	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS			8	6
Imposto de renda e contribuição social	5.1	314	729	
		314	729	8
				6

### 5.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

#### 5.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	158				158	
Base Negativa da Contribuição Social	57				57	
	215	-	-	-	215	-
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	95	670			(575)	111
Outras	62	104	58	45	(55)	(41)
Total diferenças temporárias	157	774	58	45	(630)	70
Crédito fiscal do ágio incorporado	(58)	(45)	(58)	(45)		
Total bruto	314	729	-	-	(415)	70

#### 5.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário conforme quadro abaixo:

2022	Total
314	314

## 6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo			Receitas (Despesas)		
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
		31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	
<b>Fornecedores (Nota 11)</b>									
<b>Serviços prestados a terceiros (a)</b>									
Pecém OM	Controle comum	Indeterminado		206	204			(1.276)	(1.248)
			-	206	204	-	-	(1.276)	(1.248)
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 8)</b>									
<b>Prestação de serviços de consultoria- Backoffice (b)</b>									
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Controle comum em conjunto	01/05/2015 a 01/05/2025	690			75	75	(1.012)	(1.012)
			690	-	-	75	75	(1.012)	(1.012)
			690	206	204	75	75	(2.288)	(2.260)

(a) **Serviços prestados a terceiros:** o contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviço de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) **Prestação de serviços - Backoffice:** o contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

## 7 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Material de almoxarifado	6.888	7.613
Outros	22	31
	6.910	7.644

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$6.910 (R\$7.644 em 31 de dezembro de 2020) refere-se, principalmente, aos materiais empregados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo			
Adiantamentos		1	2
Total		1	2
Outras contas a pagar - Passivo			
Folha de pagamento		132	110
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	6		
Arrendamentos e aluguéis	8.1	454	607
Outros		7	7
Total		139	117

8.1 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2020	Adições Nota (8.1.1)	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2021
Edifícios	-	204	(201)	55	1	59
Máquinas e equipamentos	607		(623)	270	44	298
Veículos	-	96	(54)	70	(15)	97
<b>Total Circulante</b>	<b>607</b>	<b>300</b>	<b>(878)</b>	<b>395</b>	<b>30</b>	<b>454</b>
Edifícios	-	49		(55)	6	-
Máquinas e equipamentos	408			(270)	22	160
Veículos	-	167		(70)	16	113
<b>Total Não circulante</b>	<b>408</b>	<b>216</b>	<b>-</b>	<b>(395)</b>	<b>44</b>	<b>273</b>
<b>Total</b>	<b>1.015</b>	<b>516</b>	<b>(878)</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>727</b>

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Edifícios		Máquinas e equipamentos		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
<b>Circulante</b>						
2022	59	7,78	298	10,22	97	10,22
Total	59		298		97	
<b>Não Circulante</b>						
2023			160	5,96	87	10,22
2024					26	4,26
Total			160		113	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	795	726
PIS/COFINS potencial (9,25%)	74	67

8.1.1 Adições

Do montante total de adições de R\$516 em 31 de dezembro de 2021, R\$253 refere-se a ativação de edifícios, e R\$263 a novos contratos de veículos.

9 Depósitos vinculados

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$1.549 (R\$1.411 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a causas trabalhistas consideradas pelos acessores jurídicos como remotas de perda (Nota 14.4).

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do imobilizado

	Taxa média de deprecia- ção %	31/12/2021			Taxa média de deprecia- ção %	31/12/2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	15,06	298	(171)	127	15,06	298	(144)	154
Móveis e utensílios	6,25	17	(10)	7	6,25	17	(9)	8
Total do Imobilizado em serviço		315	(181)	134		315	(153)	162
Ativos de direito de uso (nota 10.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,56	904	(451)	453	33,33	783	(130)	653
Máquinas e equipamentos	40,61	913	(913)	-	40,61	913	(768)	145
Veículos	33,33	2.082	(1.877)	205	38,71	1.819	(1.796)	23
Total Ativos de direito de uso		3.899	(3.241)	658		3.515	(2.694)	821
Imobilizado em curso								
Administração		359		359		360		360
Total do imobilizado em curso		359		359		360		360
Total imobilizado		4.573	(3.422)	1.151		4.190	(2.847)	1.343

#### 10.1.1 Ativos de direito de uso

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos a locações variadas de estruturas e equipamentos utilizados na operação da Companhia.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

#### 10.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Ingressos	Deprecia- ções	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	154		(27)		127
Móveis e utensílios	8		(1)		7
Total do imobilizado em serviço	162	-	(28)	-	134
Ativos de direito de uso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	653	253	(453)		453
Máquinas e equipamentos	145		(145)		-
Veículos	23	263	(81)		205
Total Ativos de direito de uso	821	516	(679)	-	658
Imobilizado em curso					
Outros	360	7		(8)	359
Total do imobilizado em curso	360	7	-	(8)	359
Total do imobilizado	1.343	523	(707)	(8)	1.151

#### 10.2.1 Ingressos

Do montante total de R\$523 de ingressos em 31 de dezembro de 2021, R\$253 em Edificações, obras civis e benfeitorias, refere-se a novos contratos de locação, substancialmente de *containers*. Em veículos, o ingresso no exercício do montante de R\$263 refere-se a caminhões de limpeza.

#### 11 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$1.730 (R\$1.640 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a materiais e serviços a pagar relativos à operação da Companhia.

#### 12 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2021, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$7. O lucro líquido foi distribuído da seguinte forma: (i) R\$7 como dividendos, a serem distribuídos conforme as participações societárias detidas pelos acionistas.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	31/12/2020	Dividendos propostos	31/12/2021
ENEVA S.A.	1	94	95
EDP - Energias do Brasil	1	94	95
	2	188	190

#### 13 Obrigações sociais e trabalhistas

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Folha de pagamento	13.1	1.049	884
INSS e FGTS		192	111
Total		1.241	995

#### 13.1 Folha de pagamento

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias e provisão de participação nos lucros.

#### 14 Provisões

	Nota	Não Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020
Provisões trabalhistas	14.2	383	2.075
Total		383	2.075

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

#### 14.1 Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. A atualização financeira é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

14.2 Risco de perda provável

	Passivo			
	Baixas			
	Saldo em 31/12/2020	Reversões Nota (14.2.1)	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	1.968	(1.153)	(539)	276
Outros	107			107
Total Não circulante	2.075	(1.153)	(539)	383

A Companhia possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável as quais questionam, entre outros, recebimento de adicional de periculosidade e reajuste salarial da categoria.

14.2.1 Reversões

O montante total de reversões de R\$1.153 em 31 de dezembro de 2021 é referente a caso encerrado no exercício de causas finalizadas e alteração de classificação de risco de causa trabalhista para possível (Nota 15.3).

14.3 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	942	447
	942	447

14.4 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.549.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$6.604 representado por 3.364.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
EDP - Energias do Brasil S.A.	1.682.009	50,00	1.682.009	50,00
ENEVA S.A.	1.682.009	50,00	1.682.009	50,00
Total	3.364.018	100,00	3.364.018	100,00

15.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		797	7
Constituição da reserva legal - 5%	15.3	(39)	
		758	7
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos complementares		188	2
Dividendo adicional proposto		570	5
		758	7

15.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Legal	15.2	520	481
Retenção de lucros	15.3.1	1.920	1.920
Dividendo adicional proposto	15.2	575	5
Lucros a realizar		963	963
Total		3.978	3.369

15.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

16 **Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2021	2020
Receita de prestação de serviços	24.107	22.680
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>24.107</b>	<b>22.680</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(2.100)	(2.098)
ISS	(1.205)	(1.134)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(3.305)</b>	<b>(3.232)</b>
<b>Receita</b>	<b>20.802</b>	<b>19.448</b>

17 **Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço prestado a terceiros: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2021				2020			
		Despesas e Receitas operacionais			Total	Despesas e Receitas operacionais			Total
		Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras		Custo do serviço prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Outras	
Gerenciáveis									
Pessoal e Administradores	17.1	8.946	790		9.736	8.327	1.075		9.402
Material		3.006			3.006	1.532	554		2.086
Serviços de terceiros	17.2	7.640			7.640	6.261	320		6.581
Depreciação - Imobilizado em serviço	10.2		28		28	10	18		28
Depreciação - Ativos de direito de uso			603		603		1.266		1.266
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(1.153)	(1.153)			277	277
Arrendamentos e aluguéis		121			121		(15)		(15)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-			480	480
Outras		205	1		206	82			82
<b>Total</b>		<b>19.918</b>	<b>1.422</b>	<b>(1.153)</b>	<b>20.187</b>	<b>16.212</b>	<b>3.218</b>	<b>757</b>	<b>20.187</b>

17.1 **Pessoal e Administradores**

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	4.687	4.497
Encargos	1.591	1.518
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	619	657
Outros benefícios - Corrente	2.632	2.657
Outros	207	73
	<b>9.736</b>	<b>9.402</b>

17.2 **Serviços de terceiros**

	2021	2020
Serviços de consultoria	1.095	1.207
Serviços de manutenção	2.361	2.416
Serviços de limpeza e vigilância	2.787	2.267
Serviços ambientais	538	240
Serviços de informática	314	87
Serviços de publicação e publicidade	16	110
Outros	529	254
	<b>7.640</b>	<b>6.581</b>

## 18 Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		66	25
Depósitos judiciais		38	33
Juros e multa sobre tributos	4	24	131
Outros juros e variações monetárias	18.1		772
Ajustes a valor presente		9	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(5)	(9)
Outras receitas financeiras		4	4
		<u>136</u>	<u>956</u>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.2	539	(147)
Arrendamentos e aluguéis		(74)	(74)
Outras despesas financeiras		(4)	(15)
		<u>461</u>	<u>(236)</u>
		<u>597</u>	<u>720</u>

### 18.1 Outros juros e variações monetárias

A redução de R\$772 observada no exercício ocorreu, pois no exercício de 2020 foram reconhecidas variações monetárias de contratos de arrendamentos da Companhia que encerraram naquele ano.

## 19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.212	(19)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(412)</u>	<u>6</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras	(3)	
Incentivos fiscais		20
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(415)</u>	<u>26</u>
Alíquota efetiva	34%	137%

## 20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	797	7
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	3.364	3.364
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,23692</u>	<u>0,00208</u>

## 21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	2.044	935	2.044	935
			<u>2.044</u>	<u>935</u>	<u>2.044</u>	<u>935</u>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.850	238	1.850	238
Clientes	4	Nível 2	12	12	12	12
			<u>1.862</u>	<u>250</u>	<u>1.862</u>	<u>250</u>
			<u>3.906</u>	<u>1.185</u>	<u>3.906</u>	<u>1.185</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	11	Nível 2	1.730	1.640	1.730	1.640
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	75	75	75	75
Arrendamentos e aluguéis	8.1		730	1.015	727	1.015
			<u>2.535</u>	<u>2.730</u>	<u>2.532</u>	<u>2.730</u>

#### 21.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 21.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

#### 21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

**21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
 (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**21.2 Gestão de risco**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos ao Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

**21.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

**21.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.039	218	218	101	204	(99)	(197)
Fundos de investimento	CDI	5	5					
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		<b>2.044</b>	<b>223</b>	<b>218</b>	<b>101</b>	<b>204</b>	<b>(99)</b>	<b>(197)</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,9% e 11,2% a.a.

**21.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores		1.324	406		1.730	1.640
Arrendamentos e aluguéis	39	39	376	273	727	1.015
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				75	75	75
	<b>39</b>	<b>1.363</b>	<b>782</b>	<b>348</b>	<b>2.532</b>	<b>2.730</b>

### 21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 21.2.4 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## 22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 22.1 Atividades de financiamento

Não houve pagamentos e recebimentos relacionados à atividade de financiamento para a Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2021				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		
			Valor justo	Adições	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Dividendos		2		188	190
Arrendamentos e aluguéis	1.015	(867)	63	516	727
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	1.017	(867)	63	704	917

	2020				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa		
			Valor justo	Adições	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Arrendamentos e aluguéis	1.570		74	(629)	1.015
<b>Acionistas não controladores</b>					
Capital social	3.364	784		2.456	6.604
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>	4.934	784	74	1.827	7.619

### 22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa nos exercícios de 2021 e 2020, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	188	
Aumento de capital com integralização de AFAC		784
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	516	
Total	704	784

**23 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2021			A partir de 2027	31/12/2020	
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026		Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	170	305			475	74
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	11.804	9.168	733	29	21.734	26.649
	<u>11.974</u>	<u>9.473</u>	<u>733</u>	<u>29</u>	<u>22.209</u>	<u>26.723</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão

	31/12/2021			A partir de 2027	31/12/2020	
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026		Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	165	330			495	72
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	11.452	9.810	888	44	22.194	27.198
	<u>11.617</u>	<u>10.140</u>	<u>888</u>	<u>44</u>	<u>22.689</u>	<u>27.270</u>

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Presidente

**Lino Lopes Caçado**  
Vice-Presidente

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Conselheiro

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
Conselheiro

**Thiago Freitas**  
Conselheiro

**Renato Ueoka Cintra**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Sérgio Gomez Campodarve**  
Diretor-Presidente

**Gustav Costa**  
Diretor de Operações Portuárias

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor de Contabilidade  
CRC 1SP271964/O-6 "S" CE